

## **GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS**

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **APRESENTAÇÃO**

O curso de pós-graduação em Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias visa permitir a compreensão dos processos sociais e de gestão pública, para atuarem como fatores de mudança social e na gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias. E também capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos.

#### **OBJETIVO**

Promover a formação de especialistas capazes de transmitir informações atualizadas, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometido com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e socioeconômico do país, propiciando a formação, em nível de Especialização, profissionais para a atuação na análise, avaliação e formulação (e/ou elaboração de projetos) de gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias. Específicos:

- Analisar os fundamentos e análises da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias;
- Compreender as políticas Sociais em Assistência Social e proteção às famílias;
- Identificar os modelos estratégicos, especificidades e desafios da gestão de políticas públicas de proteção social;
- Formular soluções e propostas no âmbito do planejamento, implementação e avaliação de políticas e programas de proteção social

#### **METODOLOGIA**

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
74	<b>Ética Profissional</b>	30

#### **APRESENTAÇÃO**

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?  
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

## REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

A disciplina de Serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica, abordada em diversos cursos, destinado principalmente à formação, especialização e atualização de profissionais ligados à Assistência Social, Serviço Social e outros, bem como, professores e estudantes universitários vinculados a estas áreas. O curso pretende traçar as linhas básicas da Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; da Assistência Social, dos Serviços Socioassistenciais; da proteção Social; da Proteção Social Especial (PSE); dos Serviços de média e alta complexidade; das tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; do PAIF; das seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; da Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93; da PNAS e da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da descentralização Político-Administrativa e da Participação Popular na Formulação das Políticas; do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); do NOB/SUAS, das Portarias, das Instruções Normativas e Operacionais, dos Editais; das Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS e da Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS.

## **OBJETIVO GERAL**

Especializar em serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analizar os aspectos dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica; Conceituar a complexidade da relação entre os serviços de média complexidade, de alta complexidade e suas tipificação; Relacionar os estudos acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93, sua regulamentação e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais, a Proteção Básica e a Proteção Social Especial às Famílias; Proteção Social; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais e a Proteção Social Especial (PSE); Serviços de média complexidade; Serviços de alta complexidade; Tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; Acolhida; Quais as diretrizes metodológicas para o Trabalho Social com Famílias do PAIF; Em quais situações haverá a suspensão ou bloqueio do repasse do piso básico fixo; Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93: Regulamentação; Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); A Descentralização Político-Administrativa e a Participação Popular Na Formulação das Políticas; O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); NOB/SUAS, Portarias, Instruções Normativas e Operacionais, Editais; Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS N° 07 de 22 de Novembro de 2010; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS N° 06 de 29 de Outubro de 2010; Instrução Operacional Conjunta N° 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de Abril de 2011; Calendário de condicionalidades do exercício de 2011; Calendário de acompanhamento de educação; Calendário de acompanhamento de saúde; Calendário de acompanhamento de assistência social; Calendário de repercussões e orientações.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BARROCO, M.L.S. O novo código de ética do assistente social. Serviço Social e Sociedade nº 41, ano XIV. Cortez: São Paulo, 2013. BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2017. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Serviço de proteção e atendimento integral a família- PAIF segundo a tipificação dos serviços Nacional de serviços socioassistenciais, Brasília: MDS Volume I. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Programas e orientações do MDS para a Assistência Social (2008). Disponível em: . Acesso em: 11 maio. 2018. \_\_\_\_\_. Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Anotada/2009. Disponível em: . Acesso em: 12 maio. 2018. COSTA, Newvone Ferreira; SOARES, Mauricio Caetano Matias. O Serviço Social na Teoria e na Prática: Os desafios Contemporâneos. (Org.) UNISUAM. Rio de Janeiro, 2014. MADEIRA, Zelma. Metodologia do Trabalho Social com famílias: um olhar das famílias em movimento. Brasília: 2013. MARTINELLI, M. L; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em serviço social. Serviço Social e Sociedade nº45, ano XV. Cortez: São Paulo, 2014.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. \_\_\_\_\_. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. \_\_\_\_\_. Instrução Operacional Conjunta n. 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de abril de 2011. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. \_\_\_\_\_. Guia de políticas e programas. Brasília, MDS, 2008. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Orientação Técnica – SUAS n. 01 – Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília, 2005. \_\_\_\_\_. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. \_\_\_\_\_. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. \_\_\_\_\_. Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. \_\_\_\_\_. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. \_\_\_\_\_. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010. \_\_\_\_\_. Ministério da Assistência Social. Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: 2003. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005. \_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família-PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Vol. 1. Brasília: 2012.

## PERIÓDICOS

POTYARA, Amazoneida Pereira. Assistência Social e Democracia no Brasil Contemporâneo. ARTIGO. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018.

75

**Pesquisa e Educação a Distância**

30

## APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL

DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

## REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. \_\_\_\_\_. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

## PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4507

**Serviços Socioassistenciais de Atenção Às Famílias na Proteção Social Básica**

60

## APRESENTAÇÃO

Este Módulo reúne os tópicos da disciplina Gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias, em que se pretende traçar as linhas básicas da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação dos territórios quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; A política nacional de assistência social: matrionalidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

## OBJETIVO GERAL

Especializar em Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Analizar os aspectos da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Conceituar a complexidade das ações das oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV, oficinas de esporte, lazer, arte e

cultura, equipes de referência, unidades executoras e fluxo de encaminhamentos de usuários; Relacionar os estudos acerca dos grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Proteção e atendimento integral à família (PAIF); Os serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A cartilha PAIF 2016 - articulação necessária na proteção social básica; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Oficinas de esporte, lazer, arte e cultura (SCFV); Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; O PAIF e o trabalho com grupos no território; Um diálogo com a intervenção psicossocial; A pesquisa-ação e o grupo operativo; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; Os formulários do cadastro único e o preenchimento do formulário do PAIF; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação de origem quilombola; A identificação dos territórios quilombolas; O cadastramento das famílias quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; O cadastramento das famílias indígenas; Identificação de famílias de grupos específicos no cadastro único; Política nacional de assistência social: matrionalidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil. Brasília: MDS, 2009. BRASIL. Desenvolvimento Social. Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: MDS, 2008. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias indígenas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias quilombolas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. BRASIL. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. BRASIL. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. BRASIL. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010.

## **PERIÓDICOS**

BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

## **APRESENTAÇÃO**

Conceito de pobreza; Histórico e perspectivas; princípios orientadores e conceituais; seguridade social, abrangência dos direitos; gestão, financiamento e controle social; análise das políticas setoriais: trabalho e previdência; assistência social; saúde; criança e adolescente; gestão urbana.

## **OBJETIVO GERAL**

Definir a pobreza como a falta de capacidades humanas básicas, refletidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela esperança de vida reduzida, pela falta de acesso a serviços e infraestruturas necessárias para satisfazer necessidades básicas (saneamento básico, água potável, energia, comunicações, ou seja, acesso a bens e serviços de uso coletivos), mais genericamente, pela incapacidade de exercer os direitos de cidadania.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Apreender as várias dimensões da pobreza, considerando as especificidades históricas, econômicas, sociais e culturais demanda um grande esforço investigativo; Identificar as populações pobres; Saber as principais fontes de informações sobre as condições de vida da população brasileira, abrangendo temas como demografia e aspectos sociais, habitação, educação, trabalho e rendimento.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

CONCEITO DE POBREZA POBREZA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES A RENDA COMO CRITÉRIO ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL AS MEDIDAS DAS NAÇÕES UNIDAS (IDH E IPH) PRINCIPAIS FONTES DE DADOS SEGURIDADE SOCIAL, ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPOSIÇÃO DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRINCÍPIOS INFORMADORES HÁ IGUALDADE NA DESIGUALDADE? ABRANGÊNCIA E LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DEBATE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. A seguridade social no Brasil. DISPONÍVEL EM [www.editorajuspodivm.com.br/.../Pages%20from%20Direito%20Previde...?](http://www.editorajuspodivm.com.br/.../Pages%20from%20Direito%20Previde...?) AUGUSTO, Maria Helena Oliva. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: algumas questões para reflexão e debate In: *Tempo Social*; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1) ARTIGO. PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas In: *Sur*, Rev. int. direitos human. vol.4 no.6 São Paulo, 2007.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2004. GOVERNADOR VALADARES. Secretaria Municipal de Assistência Social. Diagnóstico da população de Governador Valadares em situação de rua. CAETANO, Cristina Salles; FERNANDES, Simone Maria; COSTA, Zilá Raquel Pereira. Governador Valadares, dez. de 2016. HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. MACHADO, Thayse. População em situação de rua e sociedade: Uma relação marcada por preconceito e estigma. 2014. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. MARX, Karl. O capital. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

## **PERIÓDICOS**

OLIVEIRA, Régis Borges de. CONCEITOS E PRINCIPAIS MÉTODOS EXISTENTES PARA MENSURAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL. Disponível em: [www.iica.int/.../brasil/.../Pobreza%20metodologias%20para%20sua%20...?](http://www.iica.int/.../brasil/.../Pobreza%20metodologias%20para%20sua%20...?)

## APRESENTAÇÃO

Captação de recursos e sustentabilidade: parcerias; cooperação internacional; identificação de fontes financiadoras; a instituição e seus projetos: estatuto, missão, títulos e qualificações; noções básicas de negociação; oficina: negociação de projeto social, marco legal do terceiro setor; lei das OSCIPs; responsabilidade social corporativa; mix de captação: instrumentos e meios para captar recursos; fontes financiadoras e critérios de financiamento; articulação e consolidação de parcerias; prestação de contas.

## OBJETIVO GERAL

Especializar em informações sobre projetos como instrumento de captação de recursos sob o ponto de vista do elaborador e do financiador.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer captação de recursos para o terceiro setor: aspectos jurídicos; Explicar o desafio da sustentabilidade financeira e suas implicações no papel social das organizações da sociedade civil; Identificar fundações e organismos internacionais governo.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: EMPRESA JUNIOR ACHIEVEMENT PRINCÍPIOS GERAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PLANO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ETAPAS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA JUNIOR ACHIEVEMENT CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O TERCEIRO SETOR:ASPECTOS JURÍDICOS ASSOCIAÇÕES E O CÓDIGO CIVIL CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA INICIATIVA PRIVADA ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA FUNDAÇÕES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS GOVERNO RECURSOS HUMANOS VOLUNTÁRIOS O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A LEGITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS OSCS PROFISSIONALIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE OU AUTO-SUSTENTABILIDADE? ALGUMAS REFLEXÕES FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEIO PARA SUSTENTABILIDADE SUSTENTABILIDADE: DESAFIO DEMOCRÁTICO SUSTENTABILIDADE: ALGUNS AVANÇOS CONCEITUAIS

## REFERÊNCIA BÁSICA

ARMANI, Domingos. O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p.17-33. \_\_\_\_\_. Parceiros Relutantes? Governo e Organizações Voluntárias na Grã-Bretanha. Porto Alegre: Mimeo, 1996. ARMANI, Domingos & González, Roberto. Desafios ao Desenvolvimento Institucional na Rede PAD. Porto Alegre: PAD, 2000.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FOWLER, Alan. Striking a Balance – A Guide to Enhancing the Effectiveness of Non- Governmental Organisations in International Development. London: Earthscan, 1997. LANDIM, Leilah .As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil – Ocupações, Despesas e Recursos. Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, The Johns Hopkins University/ISER. Rio de Janeiro: Nau, 1999. VALDERRAMA, Mariano. El Fortalecimiento Institucional y los Acelerados Cambios en las ONG Latinoamericanas. ALOP, CEPES, 1998.

## PERIÓDICOS

IÓRIO, Cecília. Mobilização de Recursos – Algumas Idéias para Debate. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p. 53-57.

## **APRESENTAÇÃO**

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

## **OBJETIVO GERAL**

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLÍCITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

## **PERIÓDICOS**

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

## APRESENTAÇÃO

Globalização da economia e as mudanças no mundo do trabalho; questão social; estado brasileiro e tendências na gestão de políticas públicas; ação social na contemporaneidade: novas perspectivas do serviço social, emergência do terceiro setor e responsabilidade social corporativa.

## OBJETIVO GERAL

Contribuir para a globalização econômica, o neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender a gestão de políticas públicas e os mecanismos de participação, tal como a presença e importância do terceiro setor, do voluntariado e da responsabilidade social empresarial no desenvolvimento de políticas públicas; Analisar a importância do serviço Social setor com mediador nas relações sociais no contexto da questão social. Transformar a informação em conhecimento por meio da Interdisciplinaridade com as diversas áreas do saber, para apreender a situação da desigualdade social nos espaços institucionalizados.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, O NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA NEOLIBERALISMO. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO. A ATUALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO: APORTES PARA O DEBATE. QUESTÃO SOCIAL NUM MUNDO GLOBALIZADO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: HERANÇAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS. NOVAS TENDÊNCIAS NA ECONOMIA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA O MOVIMENTO POPULAR O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DEMANDAS E . O SERVIÇO SOCIAL E A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DO SÉCULO XXI. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DO ENSINO À PESQUISA. O PROJETO NEOLIBERAL DE RESPOSTA À “QUESTÃO SOCIAL” E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR”. O NOVO TRATO À “QUESTÃO SOCIAL” NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO A INSTRUMENTALIZAÇÃO E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR” PARA PROJETO NEOLIBERAL.

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo. BRESSER Pereira, Luiz Carlos (1998). Reforma do Estado para a Cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34. GUERRA, Yolanda (2000). “Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social”. Serviço Social & Sociedade, nº 62. São Paulo, Cortez. HARVEY, David (1993). A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Parte II. São Paulo, Loyola.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NETTO, José Paulo (1992). Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez. PETRAS, James (1999). Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, FURB. YAZBEK, Maria Carmelita (1995). “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG.

## PERIÓDICOS

CARLOS e. Montaño doutor em serviço social. Prof. Da ufrj. Autor dos livros la naturaleza del servicio social. Un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción (1998) e microempresa na era da globalização (1999). Coordenador da biblioteca latinoamericana de servicio social (cortez). [Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)

## APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

## OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRIPTIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

## REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

## PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2008.

547

O Serviço Social no Brasil

30

## APRESENTAÇÃO

Políticas Sociais; A Saúde e a Assistência Social; Serviço Social nas redes públicas; Saúde no Brasil; Assistência Social no Brasil.

## OBJETIVO GERAL

Conhecer o conceito de seguridade social e sua conformação no Brasil.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Explicar o projeto de reforma tributária no congresso e sua implicação para a seguridade social; Identificar a constituição federal de 1988; Diferenciar serviço social, cultura política e humanização.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA A SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988; O CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL E SUA CONFORMAÇÃO NO BRASIL A TRAJETÓRIA INCOMPLETA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E INSTITUCIONALIDADE EM VISTA DO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DIREITOS SOCIAIS ASSOCIADOS A DEVERES FISCAIS A DIMENSÃO ECONÔMICA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE O PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONGRESSO E SUA IMPLICAÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL VINTE ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ANTECEDENTES CONSTITUCIONAIS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO SUS E O SERVIÇO SOCIAL OS ANTECEDENTES A HUMANIZAÇÃO COMO POLÍTICA NACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE SERVIÇO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E HUMANIZAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA COM FAMÍLIAS SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO QUE ATRAVESSA SÉCULOS OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E AS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL O TRABALHO COM FAMÍLIAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

GENTILLI, Raquel de Matos L. Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras Ed, 1998. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006. \_\_\_\_\_, Marilda V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital

financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Myrian Veras. A Ação Profissional no Cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Orgs) O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 2001. pg 111-121. BELLINI, Maria Isabel Barros. O serviço social e abordagem com famílias: algumas especificidades. Porto Alegre. PUCRS, 1992. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande d Sul, 1992. \_\_\_\_\_, Maria Isabel Barros. Arqueologia da violência familiar. Porto Alegre.PUCRS,2002.Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, PUCRS,2002. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Juruá, 2006. CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS, 1999. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Cortez, 1997.

## PERIÓDICOS

CRESS. Coletânea de Leis: Revista ampliada. Porto Alegre: 2005.

601

**Sentidos da Humanização e Seus Espaços**

30

## APRESENTAÇÃO

Movimentos e Tendências de Humanização no Brasil; Processo de trabalho no Samu e humanização do SUS do ponto de vista da atividade humana ; O processo de trabalho como produção de valores de uso; Do debate sobre processo de trabalho em saúde; Debate de normas no uso industrial de si: a perspectiva ergológica; A abordagem ergológica do uso de si no trabalho: as dramáticas e o corpo-si; Os ingredientes da competência do ponto de vista da atividade; Atividade dos trabalhadores do Samu/BH no atendimento de ocorrência com acidente; Crônica da atividade: atendimento a um acidente; Crônica da atividade do cuidar sem espera; Os sentidos da humanização em diferentes áreas; Humanização na Atenção à Saúde do Idoso; A Humanização na Atenção à Saúde; Políticas e Programas de Atenção à Saúde do Idoso; Política Nacional de Humanização e sua Inserção na Atenção à Saúde do Idoso; Classe hospitalar: a articulação da saúde e educação como expressão da política de humanização do SUS.

## OBJETIVO GERAL

Saber os movimentos e tendências de humanização no Brasil.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Entender o processo de trabalho no Samu e humanização do SUS do ponto de vista da atividade humana; Conhecer os sentidos da humanização em diferentes áreas; Identificar a Política Nacional de Humanização e sua Inserção na Atenção à Saúde do Idoso.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MOVIMENTOS E TENDÊNCIAS DE HUMANIZAÇÃO NO BRASIL PROCESSO DE TRABALHO NO SAMU E HUMANIZAÇÃO DO SUS DO PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE HUMANA O PROCESSO DE TRABALHO COMO PRODUÇÃO DE VALORES DE USO DO DEBATE SOBRE PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE DEBATE DE NORMAS NO USO INDUSTRIOSO DE SI: A PERSPECTIVA ERGOLÓGICA A ABORDAGEM ERGOLÓGICA DO USO DE SI NO TRABALHO: AS DRAMÁTICAS E O CORPO-SI OS INGREDIENTES DA COMPETÊNCIA DO PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE OCORRÊNCIA COM ACIDENTE CRÔNICA DA ATIVIDADE: ATENDIMENTO A UM ACIDENTE CRÔNICA DA ATIVIDADE DO CUIDAR SEM ESPERA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO EM SAÚDE JORNALISTAS QUE ESCREVEM SOBRE SAÚDE CONHECEM A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO? SENTIDOS DA HUMANIZAÇÃO EM DIFERENTES ÁREAS HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO A HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO E SUA INSERÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO CLASSE HOSPITALAR: A ARTICULAÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA

## POLÍTICA DE HUMANIZAÇÃO DO SUS

### REFERÊNCIA BÁSICA

BENEVIDES de BARROS, Regina; BARROS de BARROS, Maria Elizabeth. Da dor ao prazer no trabalho. In: SANTOS-FILHO, Serafim; BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. (Orgs.). Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Regulação médica das urgências. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Especializada/Ministério da Saúde, 2006b. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Um método para análise e cogestão de coletivos. São Paulo: Hucitec, 2005. \_\_\_\_\_. Saúde paidéia. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007 DE PAULA, Ercília M. A. T.; MATOS, Elizete L. M. Educação da criança hospitalizada: as várias faces da pedagogia no contexto hospitalar. Cadernos Cedes, Campinas, v. 27, n. 73, p. 253255, 2007.

### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DESLANDES, Suely. Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. FRANCO, Túlio B.; MERHY, Emerson E. Programa de Saúde da Família (PSF): contradições de um programa destinado à mudança do modelo técnico assistencial. In: MERHY, E. et al. (Orgs.). O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. GIGLIO-JACQUEMOT, Armelle. Urgências e emergências em saúde: perspectiva de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. GUÉRIN, François et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgar Blucher, 2001. KLEBA, Maria Elisabeth. Descentralização do sistema de saúde no Brasil. Chapecó: Argos, 2005. MONTEIRO, Maria do Céu L. R. Humanização nos hospitais: gente cuidando de gente. In: ROSA, Armando C.; SCHILKE, Ana L. (org.). A escola no hospital. Campinas: Intertexto, 2007. NOUROUDINE, Abdallah. Risco e atividades humanas: acerca da positividade aí presente. In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (Orgs.). Labirintos do trabalho. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. SANTOS-FILHO, Serafim; BARROS, Maria Elizabeth Barros de (Orgs.). Trabalhador da saúde muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. SCHWARTZ, Yves; Durrive, Louis. Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007. TELLES, Ana Luiza; ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (Orgs.). Labirintos do trabalho. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. TENÓRIO, Gustavo Cunha. A construção da clínica ampliada na Atenção Básica. São Paulo: Hucitec, 2005.

### PERIÓDICOS

BARROS, Alessandra S. S. Contribuições da educação profissional em saúde à formação para o trabalho em classes hospitalares. Cadernos Cedes, Campinas, v. 27, n. 73, p. 257278, 2007.

545

A Formação Profissional na Área Social da Contemporaneidade

30

### APRESENTAÇÃO

Exclusão social; vulnerabilidade social e risco pessoal; indicadores sociais; projeto social: conceito, dinâmica dos projetos, ciclo de projetos. Ferramenta teórica para a elaboração e avaliação de programas e projetos sociais. Elaboração de projetos: identificação do problema; diagnóstico; formulação do projeto; fatores de risco; indicadores; gerenciamento de programas e projetos sociais; sistema de monitoramento e avaliação.

### OBJETIVO GERAL

Compreender a Exclusão social no Brasil.

### OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer os novos movimentos sociais e seu papel na construção da cidadania; Analisar os dos processos de responsabilidade sócio-ambiental, inclusão social e sustentabilidade; Identificar o uso das ferramentas do planejamento e do sistema de informação como bases para a construção e avaliação de projetos sociais.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A EXCLUSÃO SOCIAL PARA ENTENDER A EXCLUSÃO SOCIAL EXCLUSÃO E POBREZA EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL CONCEPÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL A EXCLUSÃO, A GLOBALIZAÇÃO E A MODERNIDADE RISCO OU VULNERABILIDADE SOCIAL? RISCO OU VULNERABILIDADE SOCIAL? EIS A QUESTÃO! INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO: PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PLANEJAMENTO PROGRAMAR TIPOS DE PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO TÁTICO PLANEJAMENTO OPERACIONAL PLANO PROGRAMA PROJETO PROJETOS SOCIAIS ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS A ÉTICA NOS DÁ O SENTIDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS O PROJETO SOCIAL COMO UM PROCESSO LÓGICO POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS NA LÓGICA DO PLANEJAMENTO A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NA ESFERA PÚBLICA QUEM PLANEJA? QUEM SÃO OS ATORES? COMEÇANDO A PLANEJAR, A PENSAR A AÇÃO... AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PRINCÍPIOS BÁSICOS O QUE É MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO? POR QUE FAZER MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO? MAIS INFORMAÇÕES A RESPEITO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO VANTAGENS E DESVANTAGENS DE AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS SELECIONANDO UM AVALIADOR EXTERNO OU UM TIME DE AVALIAÇÃO DIFERENTES ABORDAGENS PARA AVALIAÇÃO PLANEJAMENTO PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO TIPOS DIFERENTES DE INFORMAÇÃO – QUANTITATIVA E QUALITATIVA ESTRUTURANDO UM PROCESSO DE MONITORAMENTO E/OU AVALIAÇÃO QUESTÕES CENTRAIS PARA A AVALIAÇÃO

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *LuaNova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. *Lua Nova*, São Paulo, 84: 353-364, 2011. COSTA, Gisele Paim. *Cidadania e Participação*. POA: Juruá Editora, 2008. PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº 1, Junho, 2012, p. 68 – 87. PORTILHO, Fatima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. SP: Ed. Cortez, 2005. SACHS, Ignacy. Inclusão Social Pelo Trabalho. SP. Garamond, 2003.

## **PERIÓDICOS**

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

## **APRESENTAÇÃO**

Estágios de desenvolvimento; Crise da adolescência; A Reforma Psiquiátrica no Brasil; Política de Saúde Mental do SUS; O processo de desinstitucionalização; Saúde Mental e Inclusão social.

## **OBJETIVO GERAL**

Conhecer Atenção Psicossocial à Saúde Mental e o Serviço Social.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

Explicar a importância do CAPS: prática para além dos serviços; Definir ações de saúde mental na atenção básica a saúde mental. Identificar a avaliação de um centro de atenção psicossocial.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO PRIMEIROS ATORES – PRIMEIRAS IDÉIAS A PERSPECTIVA DE TOTALIDADE CULTURA, POLÍTICA E HEGEMONIA AMPLIANDO O CAMPO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: A ARTICULAÇÃO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL COM A SAÚDE DA FAMÍLIA EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO: O VELHO NÃO MAIS DOMINA E O NOVO AINDA NÃO PREDOMINA A REFORMA PSIQUIÁTRICA EM MOVIMENTO CAPS: PRÁTICA PARA ALÉM DOS SERVIÇOS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: CAMINHO PARA AMPLIAÇÃO DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL SAÚDE MENTAL INFANTIL NA ATENÇÃO BÁSICA AVALIAÇÃO DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: O OLHAR DA FAMÍLIA

## REFERÊNCIA BÁSICA

AMMANN, S. B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 1980. BADALONI, N. "Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBSBAWN, E. (Org.). História do marxismo, vol. X, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. BORÓN, A. "A sociedade civil após o dilúvio neoliberal" In: SADER E. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DIAS, E. "Hegemonia: racionalidade que se faz história". In: DIAS, E. et all. O outro Gramsci. São Paulo, Xamã VM Editora, 1996. FALEIROS, V. P. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo, Cortez, 1981. GRAMSCI, A. L'Ordine Nuovo: 1919-1920. Turim, Einaudi, 1954. SIMIONATTO, I. Gramsci, sua teoria. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. São Paulo, Cortez/UFSC, 1995. VIANNA, L. W. De um plano Collor a outro. Rio de Janeiro, Revam, 1991.

## PERIÓDICOS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE-DAB. Saúde mental na atenção básica: o vínculo e o diálogo necessários [site na Internet]. [acessado 2007 out 8]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

20

Trabalho de Conclusão de Curso

30

## APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

## OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

## **PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## **SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Profissionais graduados em Serviço Social e nas demais áreas do conhecimento, interessados em especializar-se na área da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias.